CASCAIS

Relatório
Orçamento 2016

| DMAG | DFP | DPCO

Índice

I - Introdução 3
II- Enquadramento Orçamental 7
III – As Grandes Opções do Plano para 2016 – 2019 e o Orçamento Municipal 2016 .. 8
IV - Medidas orientadoras da execução Orçamental 2016 9
V - Orçamento da Receita para 2016 11
Evolução da Receita Orçada 2013 a 2016 13
VI - Orçamento da Despesa para 2016 14
Evolução da Despesa Orçada 2013 a 2016 16
Resumo da Despesa por Classificação Orgânica 2016 17
VII - Equilíbrio Orçamental 2016 18
VIII - Grandes Opções do Plano 2016 - 2019 19
Despesa por Classificação Orgânica 2016 a 2019 21

I - Introdução

No cumprimento dos termos legais apresentamos à Câmara e Assembleia Municipal, o Orçamento para 2016 e as Grandes Opções do Plano para 2016-2019.

Há dois anos a maioria política que governa o Município de Cascais recebeu um mandato claro dos cascalenses: fazer de Cascais o melhor lugar para se viver um dia, uma semana ou uma vida inteira.

A referência a Cascais é, para que não haja qualquer dúvida sobre isso, a um coletivo. A um todo que é superior à simples soma individual das partes. A uma comunidade de vida com 208 mil cidadãos, em quatro freguesias e 72 lugares.

Há instrumentos específicos para podermos materializar a nossa estratégia. A política Orçamental é talvez um dos mais importantes.

Assumimos o presente Orçamento e as Grandes Opções do Plano no âmbito de um espaço temporal alargado. Estes dois documentos são instrumentos de política e de gestão que não podem, em qualquer circunstância, ser desligados da realidade e do contexto político do país.

A situação estrutural do país, apesar dos claros sinais de inversão de ciclo, é ainda de grande imprevisibilidade política e financeira, que podem, a qualquer momento, obrigar as autarquias a acomodar mudanças largas com margens de manobra mínimas.

Com efeito, quanto mais sólidas forem as nossas finanças públicas, mais preparados estaremos para enfrentar a incerteza e eventuais choques externos. E quanto mais fortes forem as nossas finanças públicas mais capazes seremos de aproveitar as janelas de desenvolvimento económico, de atração de investimento e de criação de postos de trabalho.

Uma das novidades para este ano são os maiores graus de autonomia política que o Governo PSD-CDS atribuiu ao exercício do poder autárquico. Há um ano, neste mesmo documento introdutório, o Executivo tinha assinalado estar frontalmente em

desacordo com qualquer tentativa de confinamento da iniciativa política das autarquias. Por isso nos batemos ao mais alto nível por políticas de descentralização na educação, na saúde, na segurança social e também na fiscalidade.

Entretanto foram dados passos muito concretos em todas essas áreas.

Cascais foi a primeira autarquia a assinar com o Governo o Acordo Quadro para a Delegação de Competências. E esse foi um acordo bom para o Estado Português, bom para Cascais e, sobretudo, bom para todos os nossos concidadãos.

Educação, Saúde, Segurança Social, Cultura e Património: estas foram as cinco áreas estratégicas em que Cascais se bateu por mais autonomia e por mais liberdade de governar.

Como sempre foi assumido pelo Executivo PSD/CDS, medidas de descentralização dariam ao poder local a capacidade de, com base no desenho fiscal, colocar em prática políticas públicas capazes de: (1) aliviar as famílias e as empresas do fardo fiscal, assegurando o rigor das contas públicas; (2) garantir a liberdade de iniciativa individual e empresarial; (3) aumentar a competitividade e a atratividade económica do concelho.

Como começa já a ser visível numa série de iniciativas, esta é a forma certa de promover melhor as funções sociais do Estado, de criar emprego e cadeias de valor.

Atenda-se ao ponto primeiro. Porque nos foi dada maior liberdade fiscal, Cascais terá capacidade para reduzir acentuadamente o Imposto Municipal Sobre Imóveis num vasto pacote de medidas, que vão da redução à isenção total de pagamento de IMI.

Esta medida de longo alcance tem um duplo objetivo.

O primeiro objetivo da redução do IMI é o de desonerar as famílias, e em especial as famílias com filhos. Considerando que o capital humano é o mais valioso património de qualquer unidade política, cabe ao poder político, face até ao penoso inverno demográfico que estamos a viver, encontrar formas de potenciar a demografia territorial. Do ponto de vista fiscal, este foi um dos caminhos encontrados para ir ao encontro desse desígnio.

O segundo objetivo na redução de IMI é o de promover a regeneração e reabilitação urbana nos denominados perímetros das ARU's. Moralizamos o sistema porque se cria uma distinção entre quem não cuida o património e quem o respeita. A esse respeito, os proprietários zelosos são recompensados. Criamos riqueza porque ao induzir a regeneração e reabilitação urbana em centros históricos, elevamos o perfil turístico, a qualidade de vida e a atratividade comercial de Cascais. E precisamente porque induzimos a recuperação urbana, estimulamos as pequenas e médias empresas da economia local.

Dito de outro modo, esta é uma forma de fiscalmente incutir maior competitividade territorial.

Este Executivo municipal patrocinou a queda mais abrupta de licenciamentos de novas construções nas últimas dezenas de anos.
Em 1999, tinham sido atribuídas 3669 licenças. A uma média de 10 novas licenças por dia. Com este Executivo, esse número foi reduzido para 63 em 2013 e caminha para uma base zero já este ano e nos próximos. É uma política para continuar.

Todavia, Cascais é cada vez mais procurada por novas famílias que cá querem realizar o seu projeto de vida, ou por empresas que pretendem fixar os seus investimentos. Tornou-se necessário encontrar formas de acomodar esta procura à oferta. Preservando a nossa identidade patrimonial, revitalizando os centros e perímetros urbanos, a medida aqui descrita é a melhor forma de garantir um círculo virtuoso de crescimento sustentável e respeitador da nossa história.

Ainda no plano fiscal, nunca é demais frisar, a cobrança municipal de IRS foi mantida numa taxa historicamente baixa, com os valores da coleta deste imposto a serem canalizados para três prioridades sociais: o apoio à primeira infância, à terceira idade e aos cidadãos portadores de deficiência.

Digno de nota é que este desanuviamento fiscal é concomitante com processos de consolidação das contas públicas.

Desde 2011 este Executivo abateu 37 milhões de euros de dívida – 17 milhões a terceiros, 10 milhões à banca e 10 milhões em devolução de imposto ao Estado.

Desde 2011, e mantendo a carga fiscal global estabilizada, este executivo desonerou as empresas e as famílias em mais de 55 milhões de euros. E a tendência é para continuar.

Em resumo: apesar da situação em Cascais ser de exceção no panorama nacional, com uma taxa de desemprego muito inferior à média nacional, com finanças públicas em ordem, e com uma dinâmica económica assinalável, o Executivo tem consciência de que cruzamos coletivamente um tempo muito adverso pelo grau de imprevisibilidade que comporta.

E, nesse sentido, este é um Orçamento de combate à imprevisibilidade.
É um Orçamento de realismo. É um Orçamento de rigor e estabilidade.
É um orçamento de confiança.

Com este Executivo, Cascais continuará a criar emprego (como tem criado), continuará a apoiar os cidadãos mais necessitados (como tem apoiado) e continuará na senda de diluição das assimetrias entre freguesias (como tem diluído).

À semelhança do que tem vindo a acontecer nos últimos anos, este é um orçamento que abre espaço ao crescimento sem pôr em causa o rigor nas contas.

Cascais é um concelho ambicioso. Mas também é um concelho de contas certas.
Assim, os documentos previsionais aqui apresentados têm como objetivo consolidar uma estratégia política e financeira que privilegia a análise assente na gestão patrimonial em detrimento da análise com base orçamental ou de caixa.

O valor do Orçamento Municipal é € 193.600.296,00.

Fieis ao nosso princípio orientador, continuaremos a fazer mais. A fazer melhor. E como as contas mostram, a fazer com menos.

II- Enquadramento Orçamental

Desde 2011 que a melhoria contínua nos serviços municipais de Cascais tem sido a pedra de toque, seja através de novos modelos de gestão e governação, seja através de uma cada vez maior cidadania participativa.

Na gestão dos recursos financeiros conseguimos promover o investimento necessário e programado, cumprir as obrigações para com os trabalhadores, fornecedores e parceiros institucionais, em especial os que desenvolvem a sua atividade nos setores sociais.

Vejamos alguns dados do primeiro semestre de 2015 que radiografam as contas municipais:

- Autonomia financeira de 90%;
- Taxa de execução da receita 37% (57% em finais de setembro);
- Indicador de desenvolvimento do Município de 9,3%;
- O saldo de correntes (Receitas Correntes – Despesas Correntes) liberta valores para cobertura de Investimento, situação verificada no 1º semestre de 2015;
- O serviço da dívida corresponde a 3,44% das receitas totais e os encargos financeiros 1,5% das despesas correntes;
- Verifica-se um decréscimo na dívida a terceiros a curto prazo, bem como em bancos/instituições de crédito, respetivamente em cerca de 9,2 e 11,6 milhões de euros relativamente ao período homólogo;
- Verifica-se igualmente um decréscimo em empréstimos a médio e longo prazo, bem como em empréstimos a curto prazo, respetivamente cerca de 4,2 e 7,5 milhões de euros;
- O município tem ainda mais de € 20 M de capacidade de endividamento.

Sustentados no trabalho que até aqui temos realizado, apresentamos assim, ao executivo e Assembleia Municipal, um orçamento para garante do futuro, sem desperdiçar as oportunidades decorrentes da avaliação da estratégia que temos vindo a implementar feita por parceiros e investidores.

III – As Grandes Opções do Plano para 2016 – 2019 e o Orçamento Municipal 2016

Cascais tem tido uma boa gestão. Mas para o futuro, e porque se abriu um novo ciclo político, com um novo realinhamento das orientações estratégicas, temos a confiança e a convicção de que que seremos capazes de gerir melhor. Dito de outra forma, estamos preparados para fazer mais, melhor e com menos.

Para 2016, a política Orçamental, económico-financeira e fiscal do Município continuará a ser promovida visando sempre: (1) aumentar a execução do investimento previsto; (2) reduzir os custos correntes de estrutura; (3) manter o esforço de captação de novas receitas e o aumento de cobrança.

A qualidade do gasto público, bem como o acompanhamento rigoroso das despesas de investimento vão continuar a ser uma prioridade também para o quadriénio.

O atual cenário macro económico-financeiro bem como importantes alterações legais, enquadraram-nos no desenvolvimento de estratégias e politicas que, capitalizando a posição de exceção de Cascais quando comparado com outros municípios e regiões, permitirá ao Executivo descortinar oportunidades nestes tempos de adversidade. Oportunidades que não deixaremos escapar e que colocaremos ao serviço de novas linhas de desenvolvimento, com isso garantindo a coesão e a equidade social e geracional.

As Grandes Opções do Plano permitem, por isso, assegurar uma trajetória de Crescimento Sustentado, através de políticas públicas de pendor personalista e humanista de reforço da coesão social do Concelho, de promoção de igualdade de oportunidades, de diminuição das assimetrias entre o litoral e o interior.

Assim a atividade da edilidade assentará em algumas premissas inalienáveis e que permitirão valorizar cada vez mais o posicionamento do município no ranking nacional das melhores práticas e da melhor qualidade de vida, colocando o concelho ao serviço de uma cidadania integral para todos os que cá vivem, trabalham ou visitam.

1 - Continuar a promover a coesão social dos Cascalenses,
dando prioridade aos setores menos protegidos: os nossos cidadãos mais novos e a terceira idade, os cidadãos portadores de deficiência e os desempregados;
2 - Melhorar a qualidade de vida dos Cascalenses, reforçando uma coesão territorial harmoniosa;
3 - Diminuir as assimetrias ainda existentes entre o litoral e interior do concelho;
4 - Reforçar cada vez mais a qualidade ambiental do concelho;
5 - Promover o ordenamento do território, tendo mais e melhor qualidade na reabilitação urbana;
6 - Apostar no empreendedorismo, promovendo a eficiência do investimento e a dinâmica empresarial local;
7 - Reestruturação do património imobiliário, colocando-o ao serviço da estratégia municipal.

IV - Medidas orientadoras da execução Orçamental 2016

- Todas as Unidades Orgânicas que pretendam atribuir subsídios (capital ou correntes), terão de garantir (na sua cabimentação) que essas entidades procedem ao depósito na DCCD das suas prestações de contas aprovadas pelos respetivos órgãos e demais documentos já hoje obrigatórios;
- Eliminar todos os compromissos não realizados e excedentes de requisições externas respeitantes ao exercício de 2013 e anteriores;
- Cativar até 15% do financiamento definido para cada departamento, dependendo o seu desbloqueio, do evoluir da situação orçamental, muito especialmente no que concerne ao comportamento das receitas;
- Proceder à cativação de saldos existentes nas GOP's 2016, exceto nas situações de comprovada urgência, sendo avaliada a libertação desta verba em função da receita arrecadada em cada mês;
- Colocar no mercado de arrendamento alguns imóveis municipais, tendo em vista a sua rentabilização;
- Reavaliar e renegociar contratos de financiamento antigos, aproveitando a oportunidade que o panorama bancário nacional dá a autarquias com solidez financeira de reduzir o serviço da divida;
- Continuar a implementar medidas de racionalização de água e luz, em particular nos edifícios municipais e sistemas de rega;

- Reavaliar a frota automóvel e a sua gestão, reduzindo-a, bem como a fatura com manutenções e combustíveis, readequando-a e racionalizando-a através de permutas e alienações, promovendo a utilização de energias limpas;
- Acelerar os processos de alienação de imóveis em curso, com valor global de, no mínimo, 6M € até final do ano;
- Reduzir em 10%, para 2016, as dotações com todos os protocolos e subsídios, reavaliando a forma de concessão, reforçando a obrigatoriedade de justificação de propostas, definindo metas e objetivos, com exceção daqueles que tenham cariz social;
- Reduzir o endividamento empresarial municipal no endividamento municipal consolidado;
- Reavaliar a forma como o universo empresarial municipal é gerido financeiramente e encontrar, em conjunto com as respetivas administrações, os meios de reduzir a despesa e otimizar os recursos;
- Criar a obrigatoriedade de todas as propostas de investimento (no universo municipal consolidado) acima de €100.000 estarem alicerçadas num estudo de viabilidade económica com impacto a dez anos;
- Notificar os superficiários e/ou arrendatários de terrenos municipais, tendo em vista a regularização de todas as verbas em falta;
- Melhorar a comunicação interdepartamentos de forma a incentivar a celeridade na cobrança de receita municipal.

Cascais, 30 outubro de 2015

V - Orçamento da Receita para 2016

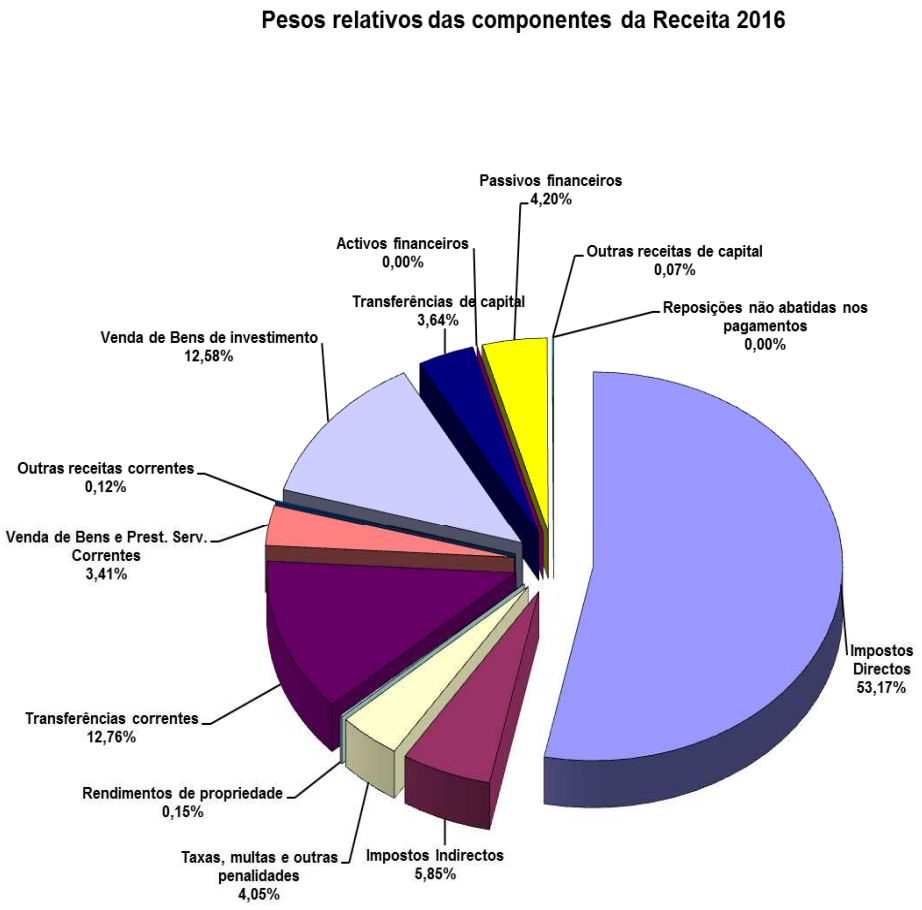
No mapa 1 evidencia-se a distribuição da receita orçamentada para 2016 por classificação económica e pesos percentuais.

Do total da receita destacam-se os Impostos Diretos (53,17%), seguidos das Transferências Correntes (12,76%) e das Vendas de Bens de Investimento (12,58%).

Mapa 1 - Pesos percentuais por classificação económica da Receita 2016

Designação	2016 Orçado	Pesos Percentuais
Impostos Directos	102.931.403,00	53,17%
Impostos Indirectos	11.316.744,00	5,85%
Taxas, multas e outras penalidades	7.839.559,00	4,05%
Rendimentos de propriedade	283.825,00	0,15%
Transferências correntes	24.709.608,00	12,76%
Venda de Bens e Prest. Serv. Correntes	6.606.309,00	3,41%
Outras receitas correntes	235.739,00	0,12%
Receita Corrente	**153.923.187,00**	**79,51%**
Venda de Bens de investimento	24.360.060,00	12,58%
Transferências de capital	7.044.799,00	3,64%
Activos financeiros	120,00	0,00%
Passivos financeiros	8.132.060,00	4,20%
Outras receitas de capital	140.060,00	0,07%
Receita de Capital	**39.677.099,00**	**20,49%**
Reposições não abatidas nos pagamentos	10,00	0,00%
Saldo de Gerência	0,00	0,00%
Outras Receitas	10,00	0,00%
Receita Total	**193.600.296,00**	**100,00%**

A distribuição da receita, por classificação económica, pode-se analisar no gráfico seguinte:

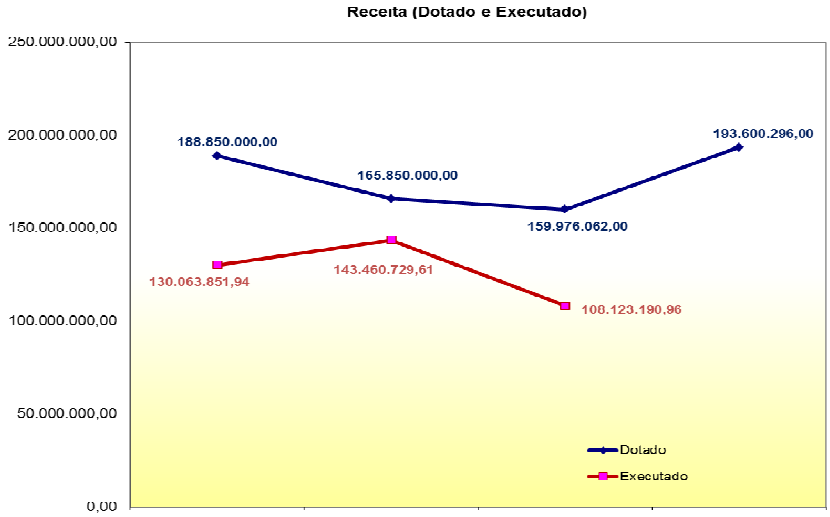


Evolução da Receita Orçada 2013 a 2016

A dotação global do Orçamento da Receita para 2016 apresenta um crescimento de 21,02 % (€ 193.600.296,00) face ao orçamentado no ano 2015 (€ 159.976.062,00).

Mapa 2 – Evolução dos valores orçados

Designação	OM 2013	OM 2014	Variação 2013/2014	OM 2015	Variação 2014/2015	OM 2016	Variação 2015/2016
Impostos Directos	97.043.448,00	88.397.280,00	(8,91%)	109.637.555,00	24,03%	102.931.403,00	(6,12%)
Impostos Indirectos	11.696.785,00	12.074.210,00	3,23%	11.321.195,00	(6,24%)	11.316.744,00	(0,04%)
Taxas, multas e outras penalidades	7.739.562,00	7.911.698,00	2,22%	7.109.151,00	(10,14%)	7.839.559,00	10,27%
Rendimentos de propriedade	1.216.360,00	439.491,00	(63,87%)	444.637,00	1,17%	283.825,00	(36,17%)
Transferências correntes	18.091.018,00	16.731.723,00	(7,51%)	17.537.254,00	4,81%	24.709.608,00	40,90%
Venda de Bens e Prest. Serv. Correntes	8.624.280,00	7.597.825,00	(11,90%)	6.844.733,00	(9,91%)	6.606.309,00	(3,48%)
Outras receitas correntes	383.512,00	735.402,00	91,75%	281.709,00	(61,69%)	235.739,00	(16,32%)
Receita Corrente	**144.794.965,00**	**133.887.629,00**	**(7,53%)**	**153.176.234,00**	**14,4%**	**153.923.187,00**	**0,5%**
Venda de Bens de investimento	39.932.092,00	30.136.572,00	(24,53%)	5.563.849,00	(81,54%)	24.360.060,00	337,83%
Transferências de capital	3.051.751,00	786.304,00	(74,23%)	924.175,00	17,53%	7.044.799,00	662,28%
Activos financeiros	120,00	120,00	0,00%	120,00	0,00%	120,00	0,00%
Passivos financeiros	395.087,00	110,00	(99,97%)	60,00	(45,45%)	8.132.060,00	13553333,33%
Outras receitas de capital	675.975,00	1.039.255,00	53,74%	311.614,00	(70,02%)	140.060,00	(55,05%)
Receita de Capital	**44.055.025,00**	**31.962.361,00**	**(27,45%)**	**6.799.818,00**	**(78,7%)**	**39.677.099,00**	**483,5%**
Reposições não abatidas nos pagamentos	10,00	10,00	0,00%	10,00	0,00%	10,00	0,00%
Saldo de Gerência	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Outras Receitas	**10,00**	**10,00**	**0,00%**	**10,00**	**0,00%**	**10,00**	**0,00%**
Receita Total	**188.850.000,00**	**165.850.000,00**	**(12,18%)**	**159.976.062,00**	**(3,54%)**	**193.600.296,00**	**21,02%**



VI - Orçamento da Despesa para 2016

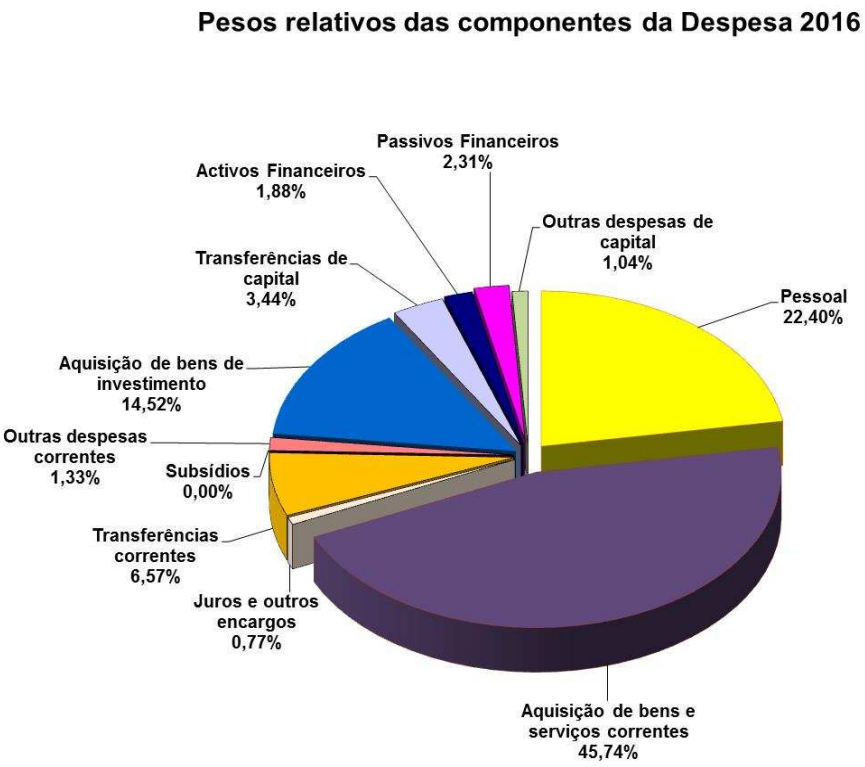
No mapa 3 evidencia-se a distribuição do montante de despesa orçamentada para 2016 por classificação económica e respetivos pesos percentuais.

Do total da despesa salientam-se as despesas com Aquisição de Bens e Serviços Correntes (45,74%), sendo que cerca de 90% (€ 79.618.538,00) deste valor diz respeito à aquisição de serviços variados. Seguidas das despesas de Pessoal (22,40%) e de Aquisição de Bens de Investimento (14,52 %).

Mapa 3 - Pesos percentuais por classificação económica da Despesa 2016

Designação	2016 Orçado	Pesos Percentuais
Pessoal	43.362.350,00	22,40%
Aquisição de bens e serviços correntes	88.548.283,00	45,74%
Juros e outros encargos	1.495.804,00	0,77%
Transferências correntes	12.721.836,00	6,57%
Subsídios	10,00	0,00%
Outras despesas correntes	2.583.333,00	1,33%
Despesa Corrente	**148.711.616,00**	**76,81%**
Aquisição de bens de investimento	28.109.458,00	14,52%
Transferências de capital	6.651.666,00	3,44%
Activos Financeiros	3.635.020,00	1,88%
Passivos Financeiros	4.471.178,00	2,31%
Outras despesas de capital	2.021.358,00	1,04%
Despesa de Capital	**44.888.680,00**	**23,19%**
Despesa Total	**193.600.296,00**	**100,00%**

À semelhança da receita, pode ver-se graficamente, a distribuição da despesa por classificação económica:

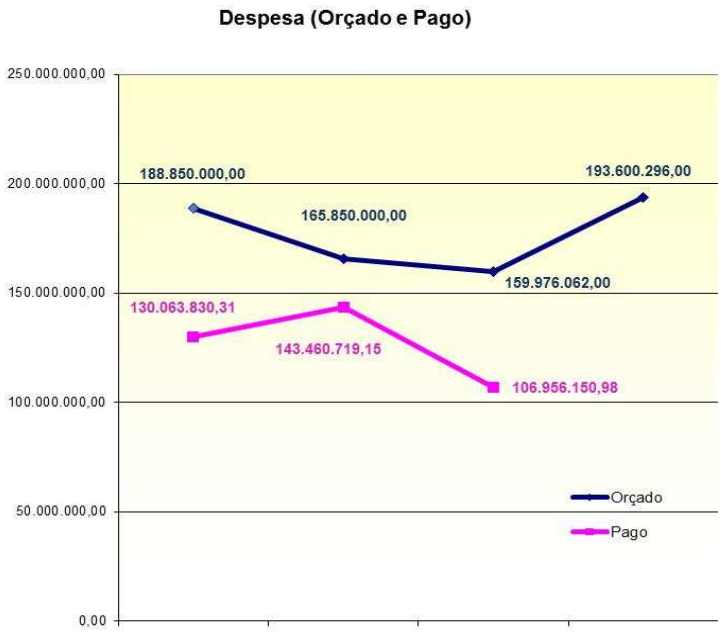


Evolução da Despesa Orçada 2013 a 2016

O Orçamento da Despesa para 2016 apresenta um crescimento de 21,02 % na sua dotação total face à de 2015, passando de € 159.976.062,00 (2015) para € 193.600.296,00 (2016).

Mapa 4 - Evolução da Despesa Orçada 2013 a 2016

Designação	OM 2013	OM 2014	Variação 2013/2014	OM 2015	Variação 2014/2015	OM 2016	Variação 2015/2016
Pessoal	31.679.806,00	32.863.854,00	3,74%	34.881.240,00	6,14%	43.362.350,00	24,31%
Aquisição de bens e serviços correntes	69.215.907,00	71.743.329,00	3,65%	72.807.008,00	1,48%	88.548.283,00	21,62%
Juros e outros encargos	2.890.535,00	3.057.966,00	5,79%	2.619.251,00	(14,35%)	1.495.804,00	(42,89%)
Transferências correntes	26.627.645,00	19.681.631,00	(26,09%)	15.652.065,00	(20,47%)	12.721.836,00	(18,72%)
Subsídios	10,00	10,00	0,00%	10,00	0,00%	10,00	0,00%
Outras despesas correntes	3.045.127,00	3.998.778,00	31,32%	2.484.750,00	(37,86%)	2.583.333,00	3,97%
Despesa Corrente	**133.459.030,00**	**131.345.568,00**	**(1,58%)**	**128.444.324,00**	**(2,21%)**	**148.711.616,00**	**15,78%**
Aquisição de bens de capital	42.159.740,00	24.956.609,00	(40,80%)	20.403.258,00	(18,25%)	28.109.458,00	37,77%
Transferências de capital	8.156.939,00	5.355.969,00	(34,34%)	5.117.990,00	(4,44%)	6.651.666,00	29,97%
Activos Financeiros	10,00	0,00	(100,00%)	950.884,00	--	3.635.020,00	100,00%
Passivos Financeiros	3.200.000,00	4.050.000,00	26,56%	4.925.991,00	21,63%	4.471.178,00	(9,23%)
Outras despesas de capital	1.874.281,00	141.854,00	(92,43%)	133.615,00	(5,81%)	2.021.358,00	1412,82%
Despesa de Capital	**55.390.970,00**	**34.504.432,00**	**(37,71%)**	**31.531.738,00**	**(8,62%)**	**44.888.680,00**	**42,36%**
Despesa Total	**188.850.000,00**	**165.850.000,00**	**(12,18%)**	**159.976.062,00**	**(3,54%)**	**193.600.296,00**	**21,02%**



Resumo da Despesa por Classificação Orgânica 2016

A Unidade Orgânica com maior percentagem de despesa imputada é a Direção Municipal de Apoio à Gestão (40,88 %), devendo-se esta situação ao facto de que lhe são imputadas todas as despesas de funcionamento do Município.

Mapa 5 - Resumo da Despesa por Classificação Orgânica 2016

	Orgânica	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total	%
01.01	Assembleia Municipal (AM)	100.250,00		100.250,00	0,05%
01.02	Câmara Municipal (CM)	333.500,00		333.500,00	0,17%
01.03	Operações Financeiras	1.365.794,00	4.471.178,00	5.836.972,00	3,01%
01.04	Classes Inactivas (CLI)	146.500,00		146.500,00	0,08%
02.00	Gabinete da Presidência (GPRE)	317.540,00		317.540,00	0,16%
03.00	Gabinete de Relações Internacionais Públicas e Protocolo (GRIP)	476.329,00	3.301,00	479.630,00	0,25%
04.00	Gabinete de Apoio à Câmara Municipal (GACM)	919.520,00		919.520,00	0,47%
05.00	Gabinete de Auditoria Interna (GAUD)	48.320,00		48.320,00	0,02%
06.00	Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal (GAAM)	43.260,00		43.260,00	0,02%
07.00	Direção Mun.de Coesão e Capacitação Social (DMCC)	112.430,00		112.430,00	0,06%
07.01	Departamento de Hab. Desenvolvimento Social (DHS)	3.666.266,00	1.738.644,00	5.404.910,00	2,79%
07.02	Departamento de Educação e Desporto (DED)	17.935.580,00	502.314,00	18.437.894,00	9,52%
08.00	Direção Mun. de Gestão e Int. Territorial (DMGI)	261.040,00		261.040,00	0,13%
08.01	Departamento de Gestão Territorial (DGT)	2.844.331,00	369.866,00	3.214.197,00	1,66%
08.02	Departamento de Intervenção Territorial (DIT)	25.217.080,00	18.774.089,00	43.991.169,00	22,72%
09.00	Direção Mun. de Est., Inov. e Qualificação (DMEI)	283.850,00		283.850,00	0,15%
09.01	Departamento de Inteligencia Territorial (DIN)	374.530,00		374.530,00	0,19%
09.02	Departamento de Planeamento Estratégico (DPE)	787.071,00		787.071,00	0,41%
09.03	Departamento de Inovação e Comunicação (DIC)	7.343.937,00	967.043,00	8.310.980,00	4,29%
10.00	Direção Municipal de Apoio à Gestão (DMAG)	67.120.534,00	12.015.426,00	79.135.960,00	40,88%
10.01	Departamento de Gestão Fin. e Patrimonial (DFP)	1.769.443,00	5.763.536,00	7.532.979,00	3,89%
10.02	Departamento de R. Humanos e Ass. Jurídicos (DHJ)	12.969.768,00	3.350,00	12.973.118,00	6,70%
11.00	Departamento de Polícia Mun. e Fiscalização (DPF)	2.329.423,00		2.329.423,00	1,20%
12.00	Serviço Municipal de Proteção Civil (SPC)	1.945.320,00	279.933,00	2.225.253,00	1,15%
Total		**148.711.616,00**	**44.888.680,00**	**193.600.296,00**	**100,00%**

VII - Equilíbrio Orçamental 2016

A Proposta do Orçamento para 2016 encontra-se equilibrada uma vez que a receita corrente bruta é superior à despesa corrente adicionada das amortizações médias de empréstimos a M/L prazos, de acordo com o art.º 40 da Lei nº. 73/2013, de 3 de setembro.

Verifica-se um aumento significativo nas despesas de pessoal que decorre do contrato interadministrativo da Educação.

Mapa 6 - Equilíbrio Orçamental 2016

Receita Corrente bruta	153.923.187,00	Despesa Corrente	148.711.616,00
		Amortizações Médias de Emprestimos M/L prazos	*4.471.178,00*
Total (1)	153.923.187,00	Total (2)	153.182.794,00
Receita Corrente bruta ≥ Despesa corrente + Amortizações Médias Emprestimos M/L Prazos (3)=(1)-(2			740.393,00

VIII - Grandes Opções do Plano 2016 - 2019

As Grandes Opções do Plano 2016 – 2019, refletem todos os programas, projetos e ações que a autarquia promove e desenvolve e que são definidos como prioritários.

Mapa 7 – GOP 2016 a 2019

Obj.	Prog.	Designação	Financiamento Definido 2016	Financiamento Definido 2017	Financiamento Definido 2018	Financiamento Definido 2019
01		EDUCAÇÃO	10.260.514,00	10.102.807,00	8.615.807,00	7.517.200,00
01	001	Ensino Pré-Escolar	504.053,00	460.000,00	490.000,00	490.000,00
01	002	Ensino Básico / Secundário	1.064.613,00	1.758.000,00	291.000,00	205.000,00
01	003	Descentralização Pré-Escolar e Básico	2.368.655,00	2.425.207,00	2.375.207,00	2.375.000,00
01	004	Ensino Artístico e Desportivo	1.678.597,00	1.436.000,00	1.436.000,00	490.000,00
01	005	Promoção e Solidariedade	4.520.704,00	3.879.900,00	3.879.900,00	3.814.500,00
01	006	Apoio / Promoção Projectos Educativos	24.517,00	23.000,00	23.000,00	22.000,00
01	007	Apoio Iniciativas Comunidade	28.354,00	20.700,00	20.700,00	20.700,00
01	008	Espaços de (In)formação e Lazer	20.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
01	009	Informação / Divulgação / Promoção	51.021,00	0,00	0,00	0,00
02		CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE	3.150.063,00	3.985.502,00	1.614.627,00	1.598.617,00
02	001	Equipamentos	633.840,00	1.735.375,00	4.000,00	4.000,00
02	002	Funcionamento	98.802,00	104.000,00	104.500,00	94.500,00
02	003	Associações/Colectividades e Outras Instituições	203.088,00	138.500,00	138.500,00	138.500,00
02	004	Promoção e Desenvolvimento	101.160,00	120.227,00	120.227,00	120.217,00
02	005	Desporto e Tempos Livres	1.647.450,00	1.168.000,00	528.000,00	522.000,00
02	006	Juventude	465.723,00	719.400,00	719.400,00	719.400,00
03		ACÇÃO SOCIAL	6.633.181,00	6.938.082,00	3.758.082,00	3.760.582,00
03	001	População Deficiente	2.619.621,00	2.701.960,00	461.960,00	461.960,00
03	002	População Idosa	2.554.795,00	2.329.894,00	1.389.894,00	1.389.894,00
03	003	Grupos de Risco	385.265,00	396.864,00	396.864,00	396.864,00
03	004	Infância	724.454,00	1.116.998,00	1.116.998,00	1.116.998,00
03	005	Intervenção Socio/Territorial	227.647,00	228.308,00	228.308,00	228.308,00
03	007	Acções Gerais / Igualdade de Oportunidades	14.500,00	69.958,00	69.958,00	69.958,00
03	008	Promoção da Solidariedade	0,00	0,00	0,00	0,00
03	010	Redes / Parcerias	0,00	67.500,00	67.500,00	70.000,00
03	011	Desenvolvimento Sócio - Territorial	106.899,00	26.600,00	26.600,00	26.600,00
04		SAÚDE	123.494,00	185.300,00	185.300,00	185.300,00
04	001	Estruturas de Saude	27.350,00	83.500,00	83.500,00	83.500,00
04	002	Educação Para a Saúde	62.112,00	11.800,00	11.800,00	11.800,00
04	003	Programas Municipais	3.675,00	55.000,00	55.000,00	55.000,00
04	004	Toxicodependências	30.357,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00
05		HABITAÇÃO E URBANISMO	8.836.350,00	7.550.340,00	4.870.549,00	15.371.359,00
05	001	Programa Especial de Realojamento	0,00	0,00	0,00	0,00
05	002	Habitação Social	0,00	0,00	0,00	0,00
05	003	Planeamento Estratégico	222.292,00	89.100,00	89.100,00	89.100,00
05	004	Requalificação Urbana	2.645.932,00	2.980.000,00	3.790.000,00	2.120.000,00
05	005	Loteamentos Particulares	196.150,00	0,00	0,00	0,00
05	006	Legalização / Recuperação Loteamentos Ilegais	173.721,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00
05	008	Assuntos Patrimoniais	5.598.255,00	4.356.240,00	866.449,00	13.037.259,00
06		SANEAMENTO E SALUBRIDADE	14.830.621,00	9.710.900,00	9.517.400,00	9.514.900,00
06	001	Drenagem de Águas Pluviais/Residuais	43.665,00	0,00	0,00	0,00
06	002	Remoção/Tratamento Final de Resíduos Sólidos e Águas Residuais	14.765.575,00	9.687.000,00	9.493.500,00	9.493.500,00
06	003	Higiene Pública	18.381,00	20.900,00	20.900,00	18.400,00
06	004	Cemitérios	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00
06	005	Recolha Resíduos Sólidos / Limpeza Arruamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
07		PROTECÇÃO CIVIL E POLICIA MUNICIPAL	1.781.621,00	1.200.500,00	1.200.500,00	1.084.000,00
07	001	Protecção Civil	1.745.288,00	1.141.500,00	1.141.500,00	1.025.000,00
07	002	Policia Municipal	36.333,00	59.000,00	59.000,00	59.000,00
08		DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO/ABAST.PÚBLICO	412.286,00	363.000,00	363.000,00	325.000,00
08	001	Desenvolvimento Turístico	38.000,00	38.000,00	38.000,00	5.000,00
08	002	Mercados e Feiras	46.263,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
08	003	Modernização Aparelho Comercial	3.860,00	0,00	0,00	0,00
08	004	Promoção Qualidade Atividades Económica	35.289,00	60.000,00	60.000,00	55.000,00
08	005	Promoção de Emprego	288.874,00	245.000,00	245.000,00	245.000,00
09		TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	4.113.607,00	13.984.374,00	7.555.174,00	305.000,00
09	001	Desenvolvimento Rede Viária	1.757.045,00	12.379.200,00	6.350.000,00	0,00
09	002	Manutenção Rede Viária	2.356.562,00	1.605.174,00	1.205.174,00	305.000,00
10		MEIO AMBIENTE	2.379.144,00	1.536.179,00	992.629,00	980.129,00
10	001	Protecção Recursos Naturais/Qualidade Ambiental	243.620,00	167.500,00	167.500,00	167.500,00
10	002	Espaços e Zonas Verdes	2.074.609,00	1.325.129,00	785.129,00	772.629,00
10	003	Litoral	49.192,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
10	004	Agenda XXI	11.723,00	3.550,00	0,00	0,00
11		ACTIVIDADES DE ÂMBITO GERAL	50.239.327,00	37.115.210,00	33.614.246,00	33.574.246,00
11	001	Transferências Facultativas nas Freguesias	3.288.856,00	2.376.462,00	1.139.462,00	1.139.462,00
11	002	Relações Externas e Cooperação	29.769,00	37.000,00	37.000,00	37.000,00
11	003	Relações Protocolares Públicas Externas	249.781,00	406.500,00	403.500,00	398.500,00
11	004	Participação do Município em Associações, Empresas	45.538.044,00	33.625.685,00	31.388.820,00	31.388.820,00
11	006	Assuntos Jurídicos	611.776,00	229.964,00	229.964,00	229.964,00
11	007	Pelouros Horizontais - Área de Intervenção estratégica	4.305,00	14.500,00	14.500,00	14.500,00
11	008	Conferências do Estoril	972,00	0,00	0,00	0,00
11	009	Marca e Comunicação	396.636,00	295.099,00	271.000,00	271.000,00
11	010	Participação e Cidadania	119.188,00	130.000,00	130.000,00	95.000,00
12		MODERNIZAÇÃO E ESTRUTURAS	9.035.378,00	4.872.297,00	3.329.197,00	2.075.722,00
12	001	Recursos Humanos e Modernização Administrativa	1.110.922,00	1.225.545,00	1.225.545,00	1.208.545,00
12	002	Informática e Telecomunicações	1.770.256,00	1.809.352,00	1.640.652,00	567.177,00
12	003	Instalações Municipais	5.717.888,00	1.749.400,00	405.000,00	250.000,00
12	004	Mobiliário / Equipamento Ferramentas / Viaturas	436.312,00	88.000,00	58.000,00	50.000,00

Obj.	Prog.	Designação	Financiamento Definido 2016	Financiamento Definido 2017	Financiamento Definido 2018	Financiamento Definido 2019
13		DESPESAS COM PESSOAL	43.362.350,00	43.362.350,00	43.362.350,00	43.362.350,00
13	001	Assembleia Municipal	580.000,00	580.000,00	580.000,00	580.000,00
13	002	Câmara Municipal	317.540,00	317.540,00	317.540,00	317.540,00
13	003	Classes Inativas	200.080,00	200.080,00	200.080,00	200.080,00
13	004	Gabinete da Presidência	919.520,00	919.520,00	919.520,00	919.520,00
13	005	Divisão de Apoio ao Provedor Municipal	48.320,00	48.320,00	48.320,00	48.320,00
13	006	Gabinete de Auditoria Interna	43.260,00	43.260,00	43.260,00	43.260,00
13	007	Direção Municipal Planeamento Território Gestão Urbanística	9.619.290,00	9.619.290,00	9.619.290,00	9.619.290,00
13	008	Direção Municipal de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	9.308.800,00	9.308.800,00	9.308.800,00	9.308.800,00
13	009	Direção Municipal de Obras e Manutenção	6.254.610,00	6.254.610,00	6.254.610,00	6.254.610,00
13	010	Departamento de Polícia e Fiscalização	13.302.180,00	13.302.180,00	13.302.180,00	13.302.180,00
13	011	Serviço Municipal de Proteção Civil	2.293.090,00	2.293.090,00	2.293.090,00	2.293.090,00
13	012	Direção Municipal das Áreas de Suporte	475.660,00	475.660,00	475.660,00	475.660,00
14		DESPESAS GERAIS	38.442.360,00	37.082.472,00	37.386.251,00	45.786.844,00
14	001	Despesas Gerais de Funcionamento	26.538.244,00	22.570.156,00	22.570.156,00	21.543.626,00
14	002	Encargos Obrigatórios	9.952.982,00	12.561.182,00	12.864.961,00	20.390.318,00
14	003	Assembleia Municipal	250,00	250,00	250,00	250,00
14	004	Fundos	1.950.884,00	1.950.884,00	1.950.884,00	3.852.650,00
Total Geral:			**193.600.296,00**	**177.989.313,00**	**156.365.112,00**	**165.441.249,00**

A distribuição do orçamento da despesa, ao longo do quadriénio 2016-2019, pode-se observar facilmente no mapa-8.

Em 2016 o objetivo com maior volume de despesa orçamentada é o das "Atividades de Âmbito Geral" (€ 50.239.327,00), seguido do das "Despesas com Pessoal" (€ 43.362.350,00) e do das "Despesas Gerais" (€ 38.442.360,00).

Mapa 8 – Resumo das GOP 2016 a 2019

Obj.	Designação	Financiamento Definido 2016	Financiamento Definido 2017	Financiamento Definido 2018	Financiamento Definido 2019
01	EDUCAÇÃO	10.260.514,00	10.102.807,00	8.615.807,00	7.517.200,00
02	CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE	3.150.063,00	3.985.502,00	1.614.627,00	1.598.617,00
03	ACÇÃO SOCIAL	6.633.181,00	6.938.082,00	3.758.082,00	3.760.582,00
04	SAÚDE	123.494,00	185.300,00	185.300,00	185.300,00
05	HABITAÇÃO E URBANISMO	8.836.350,00	7.550.340,00	4.870.549,00	15.371.359,00
06	SANEAMENTO E SALUBRIDADE	14.830.621,00	9.710.900,00	9.517.400,00	9.514.900,00
07	PROTECÇÃO CIVIL E POLICIA MUNICIPAL	1.781.621,00	1.200.500,00	1.200.500,00	1.084.000,00
08	DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO/ABAST.PÚBLICO	412.286,00	363.000,00	363.000,00	325.000,00
09	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	4.113.607,00	13.984.374,00	7.555.174,00	305.000,00
10	MEIO AMBIENTE	2.379.144,00	1.536.179,00	992.629,00	980.129,00
11	ACTIVIDADES DE ÂMBITO GERAL	50.239.327,00	37.115.210,00	33.614.246,00	33.574.246,00
12	MODERNIZAÇÃO E ESTRUTURAS	9.035.378,00	4.872.297,00	3.329.197,00	2.075.722,00
Obj.	**Designação**	**Financiamento Definido 2016**	**Financiamento Definido 2017**	**Financiamento Definido 2018**	**Financiamento Definido 2019**
13	DESPESAS COM PESSOAL	43.362.350,00	43.362.350,00	43.362.350,00	43.362.350,00
14	DESPESAS GERAIS	38.442.360,00	37.082.472,00	37.386.251,00	45.786.844,00
Total Geral:		**193.600.296,00**	**177.989.313,00**	**156.365.112,00**	**165.441.249,00**

Despesa por Classificação Orgânica 2016 a 2019

No mapa 9 encontra-se retratada a distribuição da despesa orçamentada, no quadriénio 2016 a 2019, por classificação orgânica.

A unidade orgânica com maior volume de despesa orçamentada no período em análise é a Direção Municipal de Apoio à Gestão (DMAG), seguida do Departamento de Intervenção Territorial (DIT) e do Departamento de Educação e Desporto (DED).

Mapa 9 – Resumo da Despesa por classificação orgânica

Orgânica		Orçado 2016	Orçado 2017	Orçado 2018	Orçado 2019
0101	Assembeia Municipal (AM)	100.250,00	100.250,00	100.250,00	100.250,00
0102	Câmara Municipal (CM)	333.500,00	333.500,00	333.500,00	333.500,00
0103	Operações Financeiras	5.836.972,00	8.805.661,00	9.204.713,00	16.730.070,00
0104	Classes Inativas (CLI)	146.500,00	146.500,00	146.500,00	146.500,00
0200	Gabinete da Presidência (GPRE)	317.540,00	317.540,00	317.540,00	317.540,00
0300	Gabinete de Relações Internacionais, Públicas e Protocolo (GRIP)	479.630,00	643.580,00	640.580,00	635.580,00
0400	Gabinete de Apoio à Câmara Municipal (GACM)	919.520,00	919.520,00	919.520,00	919.520,00
0500	Gabinete de Auditoria Interna (GAUD)	48.320,00	48.320,00	48.320,00	48.320,00
0600	Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal (GAAM)	43.260,00	43.260,00	43.260,00	43.260,00
0700	DM Coesão e Capacitação Social (DMCC)	112.430,00	112.430,00	112.430,00	112.430,00
0701	Departamento de Habitação e Desenvolvimento Social (DHS)	5.404.910,00	6.203.742,00	5.463.742,00	5.466.242,00
0702	Departamento de Educação e Desporto (DED)	18.437.894,00	17.598.707,00	17.579.707,00	16.555.100,00
0800	DM Gestão e Intervenção Territorial (DMGI)	261.040,00	261.040,00	261.040,00	261.040,00
0801	Departamento de Gestão Territorial (DGT)	3.214.197,00	2.975.490,00	2.975.490,00	2.934.990,00
0802	Departamento de Intervenção Territorial (DIT)	43.991.169,00	45.946.494,00	31.940.019,00	22.764.345,00
0900	DM Estrategia, Inovação e Qualificação (DMEI)	283.850,00	283.850,00	283.850,00	283.850,00
0901	Departamento de Inteligencia Territorial (DIN)	374.530,00	374.530,00	374.530,00	374.530,00
0902	Departamento de Planeamento Estratégico (DPE)	787.071,00	673.670,00	673.670,00	673.670,00
0903	Departamento de Inovação e Comunicação (DIC)	8.310.980,00	8.098.288,00	7.902.439,00	6.783.954,00
1000	DM Apoio à Gestão (DMAG)	79.135.960,00	61.441.732,00	57.872.594,00	62.547.830,00
1001	Departamento de Gestão Financeira e Patrimonial (DFP)	7.532.979,00	5.971.530,00	2.481.739,00	10.852.549,00
1002	Departamento de Recursos Humanos e Assuntos Juridicos (DHJ)	12.973.118,00	12.705.929,00	12.705.929,00	12.688.929,00
1100	Departamento de Policia Municipal e Fiscalização (DPF)	2.329.423,00	2.352.090,00	2.352.090,00	2.352.090,00
1200	Serviço Municipal de Proteção Civil (SPC)	2.225.253,00	1.631.660,00	1.631.660,00	1.515.160,00
Total Geral		**193.600.296,00**	**177.989.313,00**	**156.365.112,00**	**165.441.249,00**

Relatório
Orçamento 2016